



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 2.936, DE 2022**

**(Da Sra. Joenia Wapichana e outros)**

Regulamenta as atividades de indígenas nas ações de gestão ambiental e territorial em terras indígenas.

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PL-4347/2021.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

**PROJETO DE LEI Nº                      , de 2022**  
(Da Sra. JOENIA WAPICHANA e outros)

Regulamenta as atividades de indígenas nas ações de gestão ambiental e territorial em terras indígenas.

Apresentação: 07/12/2022 10:17:14,430 - MESA

PL n.2936/2022

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Esta Lei regulamenta as atividades de Agentes Ambientais e Territoriais Indígenas, com o objetivo de garantir a participação de profissionais indígenas nas ações de gestão territorial e ambiental, para proteção das terras em que habitam e usufruem por direito, considerando as disposições desta lei.

**Art. 2º** O exercício das atividades dos Agentes Ambientais e Territoriais Indígenas nos termos desta Lei, dar-se-á exclusivamente no âmbito da implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas (PNGATI).

**Art. 3º** Os Agentes Ambientais e Territoriais Indígenas têm como atribuição a concepção e a execução de atividades e ações de gestão territorial e ambiental, de vigilância e proteção territorial, de manejo de recursos naturais, atividades produtivas, recuperação de áreas degradadas, etnozoneamentos e etnomapeamentos territoriais, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI) e com os respectivos Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas (PGTA) das terras indígenas que ocupam.

Parágrafo único. São diretrizes fundamentais para a concepção e execução das ações de gestão territorial e ambiental das terras indígenas:

I - a elaboração e execução em conjunto com as comunidades indígenas e em articulação os órgãos indigenistas, ambientais e de repressão à crimes de ações para a gestão, proteção, conservação, recuperação, manejo e uso sustentável dos recursos naturais;

II - a participação indígena na formulação, planejamento e coordenação das ações de vigilância e proteção territorial das terras indígenas;



III - a formação continuada e capacitação técnica voltada à gestão territorial e ambiental;

IV - o estímulo ao protagonismo indígena na defesa de seus territórios, como incentivo à autodeterminação e à participação social das comunidades indígenas, respeitadas as formas de organização social de cada povo indígena;

V - o protagonismo indígena, a sustentabilidade ambiental, sociocultural e econômica, a legalidade e o respeito às normas vigentes;

VI - a efetividade das políticas públicas ambientais e indigenistas.

**Art. 4º** São consideradas competências dos Agentes Ambientais e Territoriais Indígenas, na sua área de atuação em articulação com as respectivas comunidades indígenas e os órgãos ambientais e indigenistas:

I - o desenvolvimento, elaboração e implementação de planos de gestão ambiental e territorial, que contenham atividades de proteção territorial, manejo e uso sustentável dos recursos naturais, a recuperação de áreas degradadas e o desenvolvimento de atividades produtivas;

II - a realização de ações de vigilância, monitoramento, proteção territorial, etnomapeamento e etnozoneamento das terras indígenas;

III - a mobilização das comunidades e o estímulo à participação dos povos indígenas no planejamento, acompanhamento e na avaliação de ações e políticas públicas de proteção territorial e etnoambiental;

IV - a elaboração, sistematização e divulgação de informações sobre a situação ambiental das terras indígenas;

V - o monitoramento da qualidade da água das terras indígenas;

VI - a contribuição para a participação indígena nos conselhos gestores das unidades de conservação localizadas em áreas contíguas às terras indígenas ou de sobreposição;

VII - as ações para conservação da variedade de sementes indígenas para a manutenção e enriquecimento da diversidade agroflorestal nas Terras Indígenas;

VIII - as ações de prevenção e controle de desastres, danos, catástrofes e emergências ambientais nas terras indígenas e entornos;

IX - as ações de prevenção e controle da contaminação por poluição e resíduos sólidos e de outras formas de degradação de recursos naturais das terras indígenas;



X - a implementação de sistemas agroflorestais;

XI - a realização de ações de recuperação e conservação da agrobiodiversidade e dos demais recursos naturais essenciais à segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas, com vistas a valorizar e resgatar as sementes e cultivos tradicionais de cada povo indígena;

XII - as ações para a recuperação de áreas degradadas e a restauração das condições ambientais das terras indígenas, em especial as de prevenção e combate à desertificação;

XIII - o desenvolvimento de iniciativas produtivas indígenas, com o apoio à utilização e ao desenvolvimento de novas tecnologias sustentáveis;

XIV - a realização de atividades de conservação e o uso sustentável dos recursos naturais;

XV - o apoio a substituição de atividades produtivas não sustentáveis em terras indígenas por atividades sustentáveis;

XVI - o desenvolvimento de atividades que desestimulem o uso de agrotóxicos em terras indígenas e o monitoramento de ações para o cumprimento da Lei no 11.460, de 21 de março de 2007, que veda o cultivo de organismos geneticamente modificados em terras indígenas;

XVII - apoio à elaboração de iniciativas indígenas sustentáveis de etnoturismo e de ecoturismo, respeitada a decisão da comunidade e a diversidade dos povos indígenas, de acordo com estudos prévios, diagnósticos de impactos socioambientais e a capacitação das comunidades indígenas para a gestão dessas atividades;

XVIII - a participação em atividades de reconhecimentos de práticas, usos tradicionais, costumes, crenças e tradições associados à biodiversidade e ao patrimônio genético existente nas suas terras, de forma a preservar o direito na repartição dos benefícios, na forma da legislação vigente;

XIX - a participação em iniciativas de desenvolvimento de pesquisa, criação e produção etnocientífica e tecnológica, para possibilitar inovação e fortalecimento de base econômica, social e ambiental; de acordo com a sua formação;

XX - a participação em cursos de qualificação e capacitação visando a sua formação continuada;

XXI - a articulação de ações de educação ambiental e indigenista no interior e no entorno das terras indígenas;



XXII - a participação em ações de prevenção e o controle de queimadas e incêndios florestais no interior das terras indígenas, em articulação com os órgãos competentes;

XXIII - a realização de atividades voltadas à meliponicultura, criação de animais silvestres e animais domésticos bem como iniciativas de açudes para criação de peixes e quelônios no interior das terras indígenas;

XXIV - apoio a iniciativas de beneficiamento de produtos da sociobiodiversidade em cadeias produtivas sustentáveis voltadas ao mercado regional, nacional e internacional; e

XXV - apoio a iniciativas de captação de água da chuva, tratamento de água e saneamento nas aldeias indígenas.

**Art. 5º** - São critérios para a participação de indígenas nas ações de gestão territorial e ambiental em terras indígenas:

I - Ser indicado por suas comunidades, lideranças, organizações indígenas ou conforme as regras de organização e controle social de seu povo;

II - Não envolvimento dos indígenas em atividades ilícitas e/ou prejudiciais ao convívio em sua comunidade;

III - Ter formação e/ou experiência na área de atuação.

IV - O indígena habilitado deve:

a) ser maior de dezoito anos;

b) ter concluído no mínimo o ensino fundamental;

c) ter participado dos processos formativos voltados para agentes ambientais indígenas, agentes indígenas de manejo ambiental, agentes agroflorestais, dentre outros;

d) residir no território indígena objeto das ações de gestão territorial e ambiental;

e) ter aptidão física para desenvolver as atividades que integram as ações de vigilância e proteção territorial e etnoambiental; e,

f) não ter outro vínculo empregatício.

**Art. 6º** As atividades aqui regulamentadas deverão ser remuneradas pelos órgãos governamentais ambientais, indigenistas ou parceiros na execução da PNGATI



de acordo com o grau de escolaridade, experiência, formação específica e tempo de dedicação às atividades a serem realizadas pelo Agente Ambiental Indígena, não podendo o valor mensal ser inferior ao salário mínimo.

**Art. 7º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

No Brasil existem cerca de 305 povos indígenas que falam mais de 270 línguas diferentes e habitam em 724 Terras Indígenas e em áreas urbanas em todo o país. As terras indígenas representam cerca de 14% do território nacional e os direitos sobre elas são reconhecidos desde as Cartas Régias coloniais até a Constituição Federal de 1988, que dedicou um capítulo inteiro aos direitos indígenas.

A importância dos povos indígenas na formação do Brasil ao longo dos cinco séculos tem sido reconhecida, assim como a sua resistência aos processos de colonização. Estudos demonstram como a governança e gestão indígena baseadas no seu rico patrimônio material e imaterial têm sido importantes para a manutenção da biodiversidade nos diversos biomas nacionais.

É destacada a importância dos povos indígenas quanto à manutenção das águas, do solo, da barreira de desmatamento e quanto ao estoque de carbono nas áreas protegidas por esses povos. Existem dados que explicam como as grandes áreas de florestas protegidas pelos povos indígenas são fundamentais para a manutenção da temperatura e do regime pluviométrico na região amazônica e como estas contribuem para o equilíbrio do clima no sul do país. A relação dos indígenas com as florestas, os serviços ambientais e o clima são de interesse nacional.

Em 2012, após amplo processo de consulta, foi instituída no Brasil, por meio do Decreto 7.747, a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), com o objetivo de garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural.

Os objetivos específicos da PNGATI estão estruturados em eixos, sendo o primeiro deles a proteção territorial e dos recursos naturais, o segundo deles a governança e



participação indígena da implementação da política e o sétimo a formação dos executores, o que inclui promover ações voltadas ao reconhecimento profissional, à capacitação e à formação de indígenas para a gestão territorial e ambiental no ensino médio, no ensino superior e na educação profissional e continuada.

Desde que foi criada a PNGATI foram desencadeados vários processos de formação e qualificação de agentes indígenas em diversos centros de formação indígena que existem em todo o país, que atuam em parceria com instituições ambientalistas, universidades e o órgão indigenista oficial. A atuação dos agentes ambientais se insere num amplo leque de ações de proteção territorial e etnoambiental, que incluem a manutenção de sistemas florestais, de recursos hídricos, de solo, de vigilância e monitoramento territorial, de pesquisa e a elaboração e implementação de Planos de Gestão Ambiental e Territorial (PGTAs) e o acompanhamento e participação na execução das políticas públicas voltadas à gestão ambiental de seus territórios.

A Funai considerando o seu papel institucional de proteger e fiscalizar as terras indígenas reconheceu o papel da participação de indígenas e buscou garantir um apoio complementar à subsistência dos indígenas que se ausentam temporariamente de suas atividades cotidianas, donde provêm as necessidades básicas para cumprir suas obrigações e responsabilidades sociais com sua família nuclear e extensa, durante o período da atividade executada, por meio da contratação provisória de indígenas. No entanto, é necessário avançar no reconhecimento e promoção do papel importante executado por centenas de agentes indígenas ao regulamentar as atividades essenciais por eles exercidas, assegurando a eles condições mínimas de trabalho, qualificação, remuneração e direitos trabalhistas.

A lei vai ao encontro da nossa Constituição Federal que consagra o direito à organização social própria, à autonomia, ao protagonismo indígena e a igualdade de condições de todos os trabalhadores e contribui para a valorização da diversidade cultural brasileira merecendo ser acolhida e aperfeiçoada por esta Casa.

Sala das Sessões, em                      de dezembro de 2022.

**Deputada JOENIA WAPICHANA**  
Líder da REDE Sustentabilidade





## **Projeto de Lei** **(Da Sra. Joenia Wapichana)**

Regulamenta as atividades de  
indígenas nas ações de gestão ambiental e  
territorial em terras indígenas.

Assinaram eletronicamente o documento CD228863224400, nesta ordem:

- 1 Dep. Joenia Wapichana (REDE/RR)
- 2 Dep. José Ricardo (PT/AM)
- 3 Dep. Rodrigo Agostinho (PSB/SP)
- 4 Dep. Patrus Ananias (PT/MG)
- 5 Dep. Carlos Veras (PT/PE)
- 6 Dep. Aírton Faleiro (PT/PA)
- 7 Dep. Túlio Gadêlha (REDE/PE) - ASSINATURA RETIRADA
- 8 Dep. Áurea Carolina (PSOL/MG)
- 9 Dep. Erika Kokay (PT/DF)
- 10 Dep. Alice Portugal (PCdoB/BA)
- 11 Dep. Orlando Silva (PCdoB/SP)
- 12 Dep. Perpétua Almeida (PCdoB/AC)
- 13 Dep. Luiza Erundina (PSOL/SP)
- 14 Dep. Nilto Tatto (PT/SP)
- 15 Dep. Vivi Reis (PSOL/PA)
- 16 Dep. Talíria Petrone (PSOL/RJ)
- 17 Dep. Tereza Nelma (PSD/AL)
- 18 Dep. Sâmia Bomfim (PSOL/SP)
- 19 Dep. Ivan Valente (PSOL/SP)
- 20 Dep. Fernanda Melchionna (PSOL/RS)





**FIM DO DOCUMENTO**